

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição em 31/12/2005

ATIVO	VALORES COMPARATIVOS	
	2005	2004
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	<u>1.799.346</u>	<u>1.522.992</u>
Fundo Fixo Rede.....	1.456	348
Depósitos bancários	11.933	6.726
Aplicações Financeiras.....	31.673	35.600
Créditos de contas a receber.....	1.681.089	1.394.074
Outros créditos a receber	24.975	50.960
Estoques.....	25.159	19.194
Contribuições e Impostos Recuperáveis.....	23.061	16.064
Despesas antecipadas.....	-	26
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>276.510</u>	<u>170.987</u>
Depósitos Judiciais.....	100.826	79.072
Bloqueios de Processos Judiciais.....	171.459	87.689
Outros créditos.....	4.225	4.226
PERMANENTE	<u>2.955.769</u>	<u>2.808.390</u>
Investimentos	273	273
Imobilizações técnicas	2.955.496	2.808.117
ATIVO TOTAL	<u>5.031.625</u>	<u>4.502.369</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



BALANÇO PATRIMONIAL

Posição em 31/12/2005

PASSIVO	VALORES COMPARATIVOS	
	2005	2004
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	<u>1.405.438</u>	<u>1.131.967</u>
Salários a Pagar.....	17.186	6.780
Empreiteiros e fornecedores.....	171.462	299.271
Consignações a recolher	6.952	5.564
Impostos e contrib. a recolher	665.397	365.438
Contribuição a PRECE e CAC	14.023	19.841
Parcelamento Especial - PAES.....	38.555	35.914
Parcelamento I.R.P.J.....	7.419	-
Contribuição a PRECE e CAC - Parcelamento.....	75.310	62.727
Parcelamento Light	24.000	-
Outros Credores - Parcelamento	52.165	49.829
Financiamentos.....	236.587	169.354
Provisões Trabalhistas.....	73.054	69.255
Provisões para Contingências.....	19.046	38.735
Outras Provisões.....	4.282	9.259
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>2.524.992</u>	<u>2.399.047</u>
Parcelamento Especial - PAES.....	444.965	450.367
Contribuição a PRECE - Parcelamento	492.299	564.035
Parcelamento I.R.P.J.....	26.835	-
Parcelamento Light	74.817	-
Outros Credores - Parcelamento.....	34.040	34.962
Financiamentos.....	842.695	831.412
Contribuições e Impostos Diferidos.....	39.837	47.114
Provisões para Contingências.....	446.836	361.421
Outras Provisões.....	122.668	109.736
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.101.195</u>	<u>971.355</u>
Capital social	2.929.240	760.154
Reserva de capital	13.964	13.964
Reserva de reavaliação.....	76.143	80.163
Créditos p/ futuro aumento de capital social.....	284.500	2.086.078
Lucros/Prejuízos acumulados	(2.202.652)	(1.969.004)
PASSIVO TOTAL	<u>5.031.625</u>	<u>4.502.369</u>



SECRETARIA DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO URBANO



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Posição em 31/12/2005

HISTÓRICO	VALORES COMPARATIVOS	
	2005	2004
	R\$ MIL	R\$ MIL
RECEITA OPERACIONAL	<u>2.432.639</u>	<u>1.896.000</u>
De Serviços de Abastecimento de Água.....	1.640.399	1.187.694
De Serviços de Esgotos.....	792.240	708.306
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita.....	129.103	258.963
ICMS sobre a receita de água.....	3.886	138.987
COFINS e PASEP sobre a receita de água e esgoto.....	125.217	119.976
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.303.536</u>	<u>1.637.037</u>
DESPESAS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	<u>1.040.362</u>	<u>846.547</u>
Despesas de Pessoal.....	454.617	441.689
Despesas com Material.....	45.650	41.120
Serviços de Terceiros.....	408.373	252.874
Despesas Gerais.....	350	382
Depreciações e Amortizações.....	108.139	110.482
Outras Despesas.....	23.233	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>1.263.174</u>	<u>790.490</u>
DESPESAS COMERCIAIS	<u>921.126</u>	<u>353.072</u>
Despesas de Pessoal.....	49.448	37.525
Despesas com Material.....	214	647
Serviços de Terceiros.....	26.394	40.970
Despesas Gerais.....	496	448
Cancelamento / Acordo Judicial.....	185.645	138.679
Perda de Crédito da Atividade.....	658.929	134.803
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	<u>304.868</u>	<u>234.878</u>
Despesas de Pessoal.....	68.889	59.453
Despesas com Material.....	18.019	15.764
Serviços de Terceiros.....	90.171	66.134
Despesas Gerais.....	9.008	13.639
Provisões e Amortizações.....	118.781	79.888
DESPESAS FINANCEIRAS	<u>532.814</u>	<u>314.431</u>
Juros Internos.....	95.255	121.789
Juros s/ Confiss. Dívida - Parcelamento Especial - PAES.....	47.328	25.578
Juros Passivos.....	87.353	136.260
Variações Monetária de Financiamentos.....	25.401	16.197
Despesas Fiscais.....	6.156	5.582
Multas / Juros e Acrecimos Moratórios.....	261.972	-
Outras Despesas.....	9.349	9.025
RECEITAS FINANCEIRAS	<u>253.218</u>	<u>4.516</u>
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(242.416)</u>	<u>(107.375)</u>



DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

EM 31/12/2005

ORIGENS	VALORES COMPARATIVOS	
	2005	2004
	R\$ MIL	R\$ MIL
CAPITAIS PRÓPRIOS	<u>458.933</u>	<u>306.156</u>
Lucro / (Prejuízo) do Exercício.....	(244.944)	(116.140)
Depreciação e amortização.....	108.139	110.482
Ajuste de correção monetária e variação cambial de financiamento.....	25.401	16.197
Provisão p/ Contingência.....	200.863	79.888
Integralização de Capital.....	2.169.086	-
Cred. p/ futuro aumento de capital.....	(1.801.578)	211.913
Doação de bens.....	-	203
Reversão Estoques de Mat. p/ Obras.....	1.966	3.613
CAPITAIS DE TERCEIROS	<u>301.687</u>	<u>178.508</u>
Financiamentos internos.....	-	4.652
Parcelamento da Dívida.....	249.499	151.123
Retenção Salarial MS 575/91.....	8.539	7.082
Outros valores exigíveis de longo prazo.....	43.649	15.651
TOTAL DAS ORIGENS	760.620	484.664
APLICAÇÕES		
Sistema de abastecimento de água.....	40.409	48.945
Sistema de esgoto.....	171.677	239.173
Bens de uso geral.....	3.521	3.892
Custo a Distribuir.....	41.876	46.418
Amortizações de financiamentos.....	37.762	11.044
Amortizações de outros exigíveis de longo prazo.....	168.079	124.304
Transferências do exigível de longo prazo para o circulante.....	52.983	21.631
Aumento do realizável a longo prazo.....	80.319	51.122
Outras baixas no exigível de longo prazo.....	161.111	53.758
TOTAL DAS APLICAÇÕES	757.737	600.287
Variação no ativo circulante	<u>276.354</u>	<u>257.671</u>
No início do exercício.....	1.522.992	1.265.321
No fim do exercício.....	1.799.346	1.522.992
Variação no passivo circulante	<u>273.471</u>	<u>373.294</u>
No início do exercício.....	1.131.967	758.673
No fim do exercício.....	1.405.438	1.131.967

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
EM R\$ MIL								
HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIAÇÃO	LUCROS PREJ. ACUM.	SUB-TOTAL	CRED.ACION. MAJ. P/ AUM. DE CAPITAL	TOTAL
		DOAÇÕES DE BENS	SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS P/OBRAS					
Saldo em 31.12.2003	760.154	1.834	11.927	85.772	(1.864.630)	(1.004.943)	1.874.165	869.222
Ingressos no período.....		203				203	211.913	212.116
Realização da reserva de reavaliação.....				(6.560)	6.560	-		-
Prejuízo líquido do exercício.....					(116.140)	(116.140)		(116.140)
Provisão I.R.P.J. S/ Lucro Inflac. Diferido.....					5.206	5.206		5.206
Provisão I.R.P.J. e C.S.S.L. S/ Reavaliação.....				951		951		951
Saldo em 31.12.2004	760.154	2.037	11.927	80.163	(1.969.004)	(1.114.723)	2.086.078	971.355
Ingressos no período.....	2.169.086					2.169.086	(1.801.578)	367.508
Realização da reserva de reavaliação.....				(6.090)	6.090	-		-
Prejuízo líquido do exercício.....					(244.944)	(244.944)		(244.944)
Provisão I.R.P.J. S/ Lucro Inflac. Diferido.....					5.206	5.206		5.206
Provisão I.R.P.J. e C.S.S.L. S/ Reavaliação.....				2.070		2.070		2.070
Saldo em 31.12.2005	2.929.240	2.037	11.927	76.143	(2.202.652)	816.695	284.500	1.101.195

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2005
(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL:

A Companhia é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital aberto e autorizado (até o limite de 600 bilhões de ações), vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMADUR com prazo indeterminado de duração, que tem por objeto, respeitando a autonomia municipal, a administração dos serviços de água e coleta de esgoto compreendendo sua captação, tratamento, adução e distribuição da água e na coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo Estadual e nos municípios aos quais ela atua por meio de convênios. Tem também como atividade, a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, bem como, a execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - P.D.B.G. e do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes – P.S.B.J.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, comparativamente com as Demonstrações Contábeis de 30 de dezembro 2004, e em consonância com as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas bem como nas normas e procedimentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Apuração do Resultado

É apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. As receitas de fornecimento de água e coleta de esgotos foram reconhecidas até a data de encerramento das demonstrações contábeis, incluindo estimativas de consumo das matrículas já medidas e ainda não faturadas;

b) Efeitos Inflacionários

Os demonstrativos contábeis foram elaborados com base nos princípios contábeis previstos na Legislação Societária e Fiscal que, a partir da Lei 9.249/95 e Instrução CVM 248/96, não contemplam o reconhecimento dos efeitos inflacionários;

c) Aplicações Financeiras

São registradas pelos valores das aplicações, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São compostas, quase em sua totalidade, por recursos vinculados ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG, e somente são liberadas para o pagamento de materiais ou serviços utilizados na consecução do mesmo;

d) Créditos de Contas a Receber

As contas a receber de usuários figuram pelo valor líquido após deduzida a estimativa das perdas consideradas prováveis na realização das contas de fornecimento de água e de serviços;

e) Perdas de Créditos das Atividades

As perdas de créditos foram constituídas após a análise dos créditos a receber da atividade, e reconhecida para garantir prováveis perdas de créditos de clientes;

f) Estoques de Operação

São representados, basicamente, por peças de reposição de natureza operacional, avaliados ao custo médio de aquisição, e os valores registrados não excedem o valor de reposição;

g) Despesas Antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e estão sendo apropriadas de acordo com os seus vencimentos;

h) Investimentos

Estão contabilizados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas;

i) Imobilizações Técnicas

Estão demonstradas pelo custo de aquisição, exceto os bens componentes do sistema de esgotos do Município do Rio de Janeiro, que estão registrados, segundo avaliação, a preço de mercado de agosto de 1992, conforme laudo emitido por empresa especializada, menos depreciação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 6. Os valores de realização da Reserva de Reavaliação, estão sendo apurados em função de depreciação dos bens reavaliados e as parcelas de realização da Reserva são transferidas para a conta de lucros acumulados;

j) Diferido

É representado pela totalidade dos gastos efetuados em despesas que virão a contribuir para a geração futura de receitas e amortizado em conformidade com a legislação vigente;

l) Empréstimos e Financiamentos

São atualizados pelas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço.

m) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Exigíveis de Longo Prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos;

n) Uso de Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é utilizada a prática de adequação de valores ativos e passivos pelo uso de estimativas e em conformidade com as principais práticas contábeis. Este procedimento acarreta numa melhor representatividade na realização dos valores dos ativos e na exigibilidade dos valores passivos.

NOTA 4 - CRÉDITOS DE CONTAS A RECEBER:

As contas a receber de usuários são provenientes do faturamento dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto e incluem os créditos calculados por estimativa, relativos aos serviços prestados e não faturados até a data do balanço.

As perdas de créditos, contabilizadas até 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2004, estão no patamar considerado suficiente para absorver as perdas prováveis, refletindo no “Contas a Receber” a realidade factível de recebimento. O montante possível de realização no Contas a Receber, considerando os débitos a vencer, estão representados conforme demonstrativo a seguir:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Contas a receber de usuários	3.991.245	3.068.202
Perdas de Créditos	(2.434.156)	(1.775.227)
Consumo a faturar	<u>124.000</u>	<u>101.099</u>
	1.681.089	1.394.074

A seguir apresentamos o saldo de Contas a Receber por escala de vencimento a faixa de 1 a 360 dias de vencidas:

<u>DIAS</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Até 30 dias	103.932	48.506
De 31 a 60 dias	78.941	14.435
De 61 a 120 dias	83.601	53.387
De 121 a 180 dias	123.132	85.460
De 181 a 360 dias	314.409	218.944
Órgãos Públicos	683.345	579.256
Acima de 360 dias	2.518.166	2.008.863
Créditos a vencer	<u>85.719</u>	<u>59.351</u>
TOTAIS	3.991.245	3.068.202

Na Legislação Estadual de Saneamento o devedor é o imóvel ocupado, portanto todos os valores devidos são atrelados ao mesmo e caso estes não sejam liquidados, ficam imputados em suas matrículas. A Companhia só pode proceder a baixa de débito após a constatação da inexistência do mesmo por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

A partir de agosto de 2005 foi implantada a leitura informatizada dos hidrômetros, com a emissão simultânea da conta de água e esgotos. Através da presença do leiturista *in loco*. Está sendo também implementada a revisão do cadastro com relação a alterações na utilização do imóvel; se domiciliar, comercial, pública ou industrial; verificação de ligação clandestina; acertos de numeração e roteiro de leitura.

Foram realizadas 5.200 vistorias de imóveis com ocorrências impeditivas de leitura ou com informação de alteração de cadastro necessária, tal como prédio demolido e não localizado. Os débitos estão sendo cancelados, ramais abandonados estão sendo retirados e matrículas não mais ativas estão sendo também canceladas, com isso promovendo o acerto do cadastro e, a regularização do contas a receber. Por conseguinte, durante o exercício de 2005 foram reconhecidos como perda o montante de R\$ 658.929.

Até a presente data as regiões da Zona Sul e Zona Norte estão contempladas integralmente com a emissão simultânea da conta e os respectivos acertos de cadastro, abrangendo cerca de 480 mil imóveis hidrometrados. A Baixada Fluminense, com suas 240 mil e o interior do Estado, com aproximadamente 110 mil matrículas medidas terão início no exercício de 2006. Durante o exercício de 2005, foi registrada a atualização monetária das contas a receber em atraso, referente aos débitos em aberto até 31/12/1995. Esta atualização montou em R\$

245.856, que foram reconhecidos no resultado do exercício findo em 31/12/2005 como Receita Financeira.

NOTA 5 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A conta “OUTROS CRÉDITOS A RECEBER” é composta dos seguintes valores:

CONTA	2.005	2.004
Prece arrecadação virtual	1.078	4.592
Créditos de funcionários	3.212	3.026
Adiantamentos a terceiros	19.070	19.511
Funcionários ADOR a receber	-	19.310
Outros créditos	1.615	4.521
TOTAL	24.975	50.960

- Prece arrecadação virtual – Tratam-se de valores de contas a receber de clientes arrecadados pela entidade, que serão posteriormente compensados com as contribuições mensais e/ou parcelamentos a pagar.

- Adiantamentos a Terceiros – registra os valores adiantados aos empreiteiros e outras entidades, por força de contrato, e são abatidos nos pagamentos efetuados a cada medição, de acordo com os referidos contratos.

- Créditos de empregados – Agrega os valores relativos aos adiantamentos de 13º salário e férias, concedidos aos empregados e de acordo com a legislação vigente.

- Funcionários ADOR a receber – Registra a totalidade dos valores a receber relativos aos empregados cedidos a outros órgãos. Tais valores estão sendo verificados e segregados pela área de recursos humanos da Companhia, relacionando: nome do empregado, salário, antecipações, adicionais, encargos e outros valores e, encaminhados à área de cobrança que efetua todos os procedimentos administrativos e encaminha um ofício de cobrança às entidades cessionárias dos serviços dos referidos empregados.

Todos os procedimentos estão sendo tomados de acordo com o Decreto Estadual nº 32.532 de 27/12/2002. O valor a receber importa de R\$ 23.323 em 31/12/2005 e foi efetuada a provisão de perdas na sua totalidade na mesma data, em virtude da incerteza de seu recebimento.

NOTA 6 - ATIVO PERMANENTE:

A composição do permanente em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, pode ser assim demonstrada:

Descrição	Taxa de depreciação (% a.a.)	2005			2004
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Investimentos		273	-	273	273
Imobilizado					
Em operação:					
Sistemas de Água	3,5 e 10	1.541.047	826.220	714.827	743.186
Sistemas de Esgoto	2 e 10	1.585.342	592.085	993.257	1.050.818
Imóveis	2	22.626	9.594	13.032	13.295
Maquinas, equipamentos e ferramentas	20	35.791	28.198	7.593	5.103
Veículos	20	15.713	15.083	630	975
Móveis e Utensílios	10	2.512	2.455	57	75
Outras		5.405	4.760	645	799
Total do Imobilizado		3.208.436	1.478.395	1.730.041	1.814.251
Obras em Andamento:		1.225.398	-	1.225.398	991.843
Materiais de investimento		57	-	57	2.023
Total do Permanente		4.434.164	1.478.395	2.955.769	2.808.390

O contrato assinado com a Fundação Getúlio Vargas – FGV em 2004 para a reavaliação dos ativos da Companhia apresenta o seguinte escopo:

- PLANEJAMENTO – Análise dos ativos (bens móveis e imóveis) pertencentes à Companhia;
- INVENTÁRIO PATRIMONIAL DOS BENS – Levantamento e emplaquetamento de todos os bens de propriedade comprovada da Companhia;
- VISTORIA DOS IMÓVEIS – Levantamento e vistoria dos bens imóveis de propriedade comprovada da Companhia;
- CONCILIAÇÃO DOS BENS FÍSICOS COM O CADASTRO CONTÁBIL – Análise do banco de dados gerado pelo levantamento físico com o banco de dados contábil;
- ANÁLISE – Conciliação físico/contábil dos bens com verificação individual dos ativos, sua situação legal e documentação;
- ELABORAÇÃO DE BASE DE DADOS – Preparação da base de dados final;
- IMPLANTAÇÃO DE ROTINAS PATRIMONIAIS – Manual de procedimentos e processos para controle dos bens;
- AVALIAÇÃO DOS BENS – Realização de avaliação e reavaliação dos bens móveis e imóveis de propriedade comprovada da Companhia;
- REAVALIAÇÃO DOS ATIVOS – Consiste na realização de um levantamento sistemático dos procedimentos contábeis e fiscais mantidos sobre o ativo imobilizado, visando adequá-los com os princípios e normas contábeis, emanados pelos diversos órgãos que regulamentam estes procedimentos, em especial a Deliberação CVM nº 183 de 19/06/1995, o pronunciamento técnico XXIV do IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores e o Regulamento do Imposto de Rendas.

NOTA 7 - FINANCIAMENTOS INTERNOS:

FINANCIAMENTOS

INTERNOS	2005	2004	Vencimento	Taxa anual
			Final	de juros
Banco do Brasil S/A - refinanciamento	817.949	734.224	2014	10%
Caixa Econômica Federal - água e esgoto	261.333	266.542	2021	8 a 13%
	1.079.282	1.000.766		
Menos parcelas vencíveis a curto prazo:	(236.587)	(169.354)		
<u>TOTAL DE LONGO PRAZO</u>	842.695	831.412		

Os Financiamentos Internos foram captados para aplicação em ampliação de redes de Águas e Esgotos Sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre os mesmos, as taxas de juros demonstradas acima, sendo o contrato com o Banco do Brasil S/A atualizado monetariamente pela Taxa Referencial – TR e os da Caixa Econômica Federal, atualizados pela Unidade Padrão de Referência – UPR, fator de atualização interno da CEF.

NOTA 8 - PROVISÕES:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Provisão para Licença Prêmio	105.793	99.624
Provisão para Férias e Gratificações	34.568	32.023
Provisão para Contingências	<u>465.882</u>	<u>400.156</u>
TOTAIS	606.243	531.803

a) Provisão para Licença Prêmio

É ajustada mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$ 38.393 (R\$ 36.617 em 2004) registrado em passivo circulante e R\$ 67.400 (R\$ 63.007 em 2004) em Exigível de Longo Prazo.

b) Provisão para Férias e gratificações de férias

São provisionadas mensalmente e incluem abono especial e respectivo encargos sociais e está demonstrada por montante constituído com base nos direitos adquiridos até a data do balanço, sendo R\$ 34.568 (R\$ 32.023 em 2004) no curto prazo.

c) Provisão para contingências

Os valores mantidos nas contas de depósitos e bloqueios judiciais, integrantes do Realizável de Longo Prazo representam a totalidade dos desembolsos efetuados em diversos exercícios, relativos a processos judiciais em andamento ainda sem decisão final por parte do judiciário. Tais valores permanecem na referida rubrica até que sejam levantados ou baixados como perda, de acordo com a orientação da área jurídica da Companhia por meio de relatórios mensais de acompanhamento detalhado de todos os processos sob júdice. A Administração da companhia amparada na avaliação desses processos, efetuada pela sua área jurídica e seus consultores jurídicos externos, julgou necessária a constituição de uma provisão para contingências no valor de R\$ 465.882 (R\$ 400.156 em 2004), suficiente para resguardar a companhia de eventuais perdas financeiras e preservar seu patrimônio. Face às perspectivas de realização das sentenças sobre os referidos processos, R\$ 19.046 (R\$ 38.735 em 2004) estão apresentados como passivo circulante e, R\$ 446.836 (R\$ 361.421 em 2004) como exigível em longo prazo.

NOTA 9 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA

Encontram-se registrados em passivo exigível a carga tributária do imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação e imposto de renda calculado sobre o lucro inflacionário diferido, controlado em registro extra-contábil, conforme segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Imposto e Contribuição sobre Reavaliação	39.189	41.259
Imposto sobre Lucro Inflacionário (art.3º lei 8.200)	<u>648</u>	<u>5.855</u>
	39.837	47.114

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) Capital Social

O Capital Social no montante de R\$ 2.929.240 representado por 258.361.163.777 ações ordinárias e 78.523.147.028 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais têm vantagens na percepção de dividendos mínimos e prioridade na distribuição dos mesmos, na proporção da parcela do Capital a que correspondem, mantido o direito de voto nas Assembléias Gerais da Companhia, para as ações ordinárias.

O Estatuto Social contempla a distribuição de dividendos de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal ou de lucros a realizar, quando necessário.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro detém o controle acionário da CEDAE, conservando sempre, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das ações do Capital Social com direito a voto, podendo transferir a terceiros, a título oneroso, o excedente.

b) Créditos para Aumento de Capital do Acionista Majoritário

Representam os recursos aportados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, para aplicação em saneamento básico. Estes recursos serão convertidos em capital "ad referendum" da Assembléia Geral de Acionistas.

Do montante de R\$ 2.453.586 aportados na Companhia até 31/12/2005, R\$2.169.086 foi utilizado no aumento do Capital Social aprovado pela AGE de 28/12/2005.

c) Reserva de Reavaliação

Está apresentada pelo seu valor líquido, ou seja, ajustada pela carga tributária do Imposto de Renda e Contribuição Social, apurados com base na legislação vigente.

NOTA 11 - CONTRIBUIÇÃO A PRECE - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A PRECE foi instituída pela CEDAE como política de Recursos Humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários de seus funcionários. Na condição de patrocinadora juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição dos mesmos.

As contribuições a pagar a PRECE, inclusive aquelas oriundas de acordo de parcelamento e outras obrigações, somam, em 31 de dezembro de 2005, R\$ 578.576 (R\$ 642.815 em 31 de dezembro de 2004) e encontram-se registradas da seguinte forma:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Em Passivo Circulante	86.278	78.780
Em Exigível de Longo Prazo	<u>492.298</u>	<u>564.035</u>
TOTAL	578.576	642.815

No exercício de 2005 o total de contribuições atingiu o montante de R\$ 58.387 (R\$ 54.465 em 2004), assim distribuídos:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Planos Prece I e Prece II :		
Empregados	12.964	11.898
Patrocinadora	12.964	11.898
Taxa Extraordinária Temporária :		
Patrocinadora	<u>32.459</u>	<u>30.669</u>
Total Geral	58.387	54.465

No ano de 2000 foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar, o novo acordo de contribuições da patrocinadora para com a PRECE (planos Prece I e Prece II), para adequação à Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998.

A composição das Reservas Técnicas em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 é a seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Benefício concedidos	1.354.829	1.243.330
Benefício a conceder	379.378	366.445
Reservas a amortizar	<u>(191.682)</u>	<u>(201.928)</u>
TOTAL	1.542.525	1.407.847

A última Revisão Atuarial das Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios da Prece foi realizada em novembro de 2005 por atuário independente.

As Reservas a Amortizar (Provisões Matemáticas a Constituir) referem-se às taxas extraordinárias temporárias. O reconhecimento no resultado está sendo feito mensalmente. O prazo de amortização é de 13 anos (156 parcelas) e já foram amortizadas 58 parcelas. Referidas parcelas são atualizadas pela variação do INPC.

NOTA 12 - ELEMENTOS DE RECEITAS E CUSTOS POR SEGMENTO DAS ATIVIDADES DE ÁGUA E ESGOTO

A composição dos elementos das receitas e das despesas, por segmento de atividades, é representada da seguinte forma:

<u>RECEITAS OPERACIONAIS</u>	<u>ÁGUA</u>	<u>ESGOTO</u>	<u>SOMA</u>
Diretas	1.814.311	606.061	2.420.372
Indiretas	<u>5.721</u>	<u>2.660</u>	<u>8.381</u>
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL	1.820.032	608.721	2.428.753
 <u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>			
Despesas de Exploração	1.034.829	345.679	1.380.508
DPA (Deprec./Provisão/Amortiz.)	<u>664.032</u>	<u>221.817</u>	<u>885.849</u>
	1.698.861	567.496	2.266.357
Despesas Financeira e Fiscais	<u>303.447</u>	<u>101.365</u>	<u>404.812</u>
TOTAL DA DESPESA OPERACIONAL	2.002.308	668.861	2.671.169
<u>RESULTADO LIQUIDO</u>	<u>(182.276)</u>	<u>(60.140)</u>	<u>(242.416)</u>

NOTA 13 - PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR

Os prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores e atualizados monetariamente até 31/12/1995 montam R\$ 1.720.793 em 31 de dezembro de 2005 (R\$1.633.494 em 2004), sendo passíveis de compensação limitados a 30% da base de cálculo positiva do lucro real de períodos base futuros. Tais créditos são controlados em registros auxiliares extra contábeis.

NOTA 14 - TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia em 31 de dezembro de 2005 possuía os seguintes saldos com o seu acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>
Contas a Receber de Órgãos Estaduais	278.796	-
Pessoal cedido a órgãos do estado – ADOR	23.323	-
Repasse ao Fundo da Divida Publica	1.088	-
ICMS a Pagar	-	631.140
Créditos p/ Futuro Aumento de Capital Social	-	284.500
TOTAIS	303.207	915.640

NOTA 15 - PARCELAMENTOS

a) PARCELAMENTO ESPECIAL – PAES

No mês de julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial – PAES instituído pela lei 10.684/2003.

O saldo devido do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em 30/06/2003 no valor de R\$ 80.963 foi totalmente incorporado ao novo parcelamento (PAES) em 30/09/2003 bem como os indêbitos fiscais utilizados no período de 2000 a 2003.

Os pagamentos estão sendo efetuados nas regras da Lei 10.684/2003, enquadrados conforme segue:

SRF – 0,75% do faturamento mensal bruto, relativo ao mês imediatamente anterior ao do pagamento, acrescido da TJLP acumulada.

INSS – 1/180 do principal acrescido da TJLP acumulada.

SESI - 1/180 do principal acrescido da TJLP acumulada.

SENAI – 1/180 do principal acrescido da TJLP acumulada.

COMPOSIÇÃO DOS VALORES DE ADESÃO AO PAES

PAES SRF					
DÉBITO	PRINCIPAL	MULTAS	ENC. LEGAIS	JUROS	TOTAL
IRPJ	4.182	1.568	1.643	9.117	16.510
IRRF	24	3	-	5	32
PASEP	14.003	1.430	-	3.379	18.812
COFINS	61.605	6.157	320	20.009	88.091
CSLL	1.292	484	498	2.715	4.989
TOTAL	81.106	9.642	2.461	35.225	128.434

PAES INSS					
DÉBITO	PRINCIPAL	MULTAS	ENC. LEGAIS	JUROS	TOTAL
RETENÇÃO DE 11%	2.490	467	-	2.370	5.327
CONTRIB.EMPRESA	194.163	18.299	-	52.123	264.585
SAL.EDUCAÇÃO	16.597	1.116	-	5.556	23.269
SAT	14.363	718	-	3.710	18.791
TOTAL	227.613	20.600	-	63.759	311.972

PAES SENAI					
DÉBITO	PRINCIPAL	MULTAS	ENC. LEGAIS	JUROS	TOTAL
CONTR.MENSAL	6.309	1.144	-	2.964	10.417
CONTR.ADICIONAL	975	187	-	482	1.644
TOTAL	7.284	1.331	-	3.446	12.061

PAES SESI					
DÉBITO	PRINCIPAL	MULTAS	ENC. LEGAIS	JUROS	TOTAL
CONTR.MENSAL	9.235	1.574	-	4.339	15.148
TOTAL	9.235	1.574	-	4.339	15.148

RESUMO DEMONSTRATIVO DE JUROS E AMORTIZAÇÕES					
POSIÇÃO EM 31/12/2005					
	SRF	INSS	SESI	SENAI	TOTAIS
PRINCIPAL	81.106	227.613	9.235	7.284	325.238
JUROS	35.225	63.759	4.339	3.446	106.769
MULTA	9.642	20.600	1.574	1.331	23.505
OUTROS ENCARGOS	2.461	-	-	-	0
VALOR DA ADESÃO	128.434	311.972	15.148	12.061	467.615
JUROS	28.859	70.037	2.317	1.846	103.059
AMORTIZAÇÕES	(29.702)	(54.037)	(1.910)	(1.505)	(87.154)
SALDO A PAGAR	127.591	327.972	15.555	12.402	483.520

Do saldo a pagar em 31/12/2005, R\$ 38.555 estão registrados no passivo circulante e R\$ 444.965 no exigível de longo prazo.

b) PARCELAMENTO IRPJ

Durante o exercício de 2005 a Companhia solicitou junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o parcelamento do débito de sua responsabilidade inscrito em dívida ativa da União sob o nº 70204016090-50, relativo ao IRPJ de 1997 que não havia sido incluído pela Secretaria da Receita Federal no Parcelamento Especial – PAES, que foi concedido conforme notificação nº 0419/2005 – SERCP, do Ministério da Fazenda no montante de R\$ 36.728 tendo sido amortizado durante o exercício de 2005 a importância de R\$ 2.474.

Do montante contabilizado por ocasião da concessão do referido parcelamento, R\$ 18.700 já haviam sido contabilizados como Parcelamento Especial – PAES.

c) PARCELAMENTO LIGHT

O Governo do Estado do Rio de Janeiro assumiu junto à Light S/A o total devido pela Companhia, relativo as contas de consumo de energia elétrica vencidas até 31/12/2004 tendo sido este aporte registrado na rubrica “Créditos para futuro aumento de capital social”, em conformidade com o Decreto Estadual nº 38.144 de 23/08/2005. O saldo a pagar relativo às contas vencidas de 01/01/2005 até 30/11/2005 foi incluído em contrato de parcelamento, celebrado em 22/12/2005 entre a Companhia e a Light S/A a ser pago a partir de janeiro de 2006 em parcelas mensais de R\$ 2.000 sem correção adicional até a quitação da totalidade da dívida, e seu valor monta em:

COMPOSIÇÃO	R\$ MIL
TOTAL DA DÍVIDA	239.795
PARCELA ASSUMIDA PELO G.E.R.J.	(158.994)
TOTAL PARCELADO	80.801

NOTA 16 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A conta “IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER” é composta pelos seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2005	2004
ICMS *	631.140	342.561
IRRF	3.208	3.108
RETENÇÃO LEI 10.833/03	2.052	1.496
COFINS	12.443	11.148
PASEP	2.702	2.432
CONTRIBUIÇÕES S/ FOLHA DE PGTº	13.581	4.522
OUTROS	271	171
TOTAL	665.397	365.438

(*) Em 17/12/2003 foi sancionada a Lei Estadual nº4.246 que criou o programa REFERJ que em seu Art.16 autoriza o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia promover a extinção de débitos e créditos existentes entre as duas instituições mediante compensação de 63,75% dos créditos de ICMS a favor do Estado com os créditos de contas de águas que a companhia possui perante aos órgãos da administração direta e indireta do Estado, em ambos os casos, para fatos geradores ocorridos até 31 de Dezembro de 2002.

O processo protocolizado junto à Secretaria da Receita Estadual sob o nº 34-059.014/04 visando a extinção de débitos e créditos entre a Cedae e o Estado do Rio de Janeiro nos moldes estabelecidos pela Lei Estadual nº4.246 de 17/12/2003 encontra-se atualmente junto à Assessoria de Fiscalização – SAF com o Subsecretário de Fiscalização, para análise do perito competente no assunto, no tocante aos créditos identificados pela Companhia por matrícula, período, Secretaria e Órgão das contas devidas por parte do Estado. De acordo com os valores levantados das dívidas de ICMS da Companhia para com o estado (R\$ 287.686) e o limite de compensação conforme o artigo 16 da referida Lei (63,75%), o montante a ser compensado entre as duas entidades totaliza R\$183.400 (cento e oitenta e três milhões e quatrocentos mil reais) e, caso o pedido seja acatado será efetuada a baixa do referido valor tanto na rubrica “CONTAS A RECEBER” no Ativo Circulante quanto na rubrica “ICMS A RECOLHER” no Passivo Circulante.

Os valores que compõem o montante dessa obrigação em 31/12/2005 são os seguintes:

	2005	2004
PRINCIPAL	369.500	342.561
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	78.119	-
JUROS	126.000	-
MULTAS	57.512	-
OUTROS ENCARGOS	9	-
TOTAL DE ENCARGOS	261.640	-
TOTAL GERAL	631.140	342.561

A contrapartida do montante de R\$261.640, reconhecido durante o exercício de 2005 em decorrência da atualização do saldo em atraso, desde agosto de 2001, do ICMS registrado na rubrica impostos e contribuições a recolher foi registrado no resultado na rubrica “Multas/Juros e Acréscimos Moratórios”.

NOTA 17 – REDUÇÃO DE BASE DO ICMS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro através do Decreto nº 36.574 de 12/11/2004 reduziu em 100% a base de cálculo de incidência do ICMS nas operações internas de fornecimento de água canalizada com efeitos a partir de 09 de novembro de 2004.

NOTA 18 – SITUAÇÃO DOS ATIVOS NAS ÁREAS EM PROCESSO DE CONCESSÃO PRIVADA

As áreas em processo de concessão privada dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos continuam ainda sem decisão definitiva conforme segue:

- **Município da Região dos Lagos** – A Concessionária de Serviços Públicos de Águas e Esgotos – PROLAGOS S/A, que atua nos municípios da Região dos Lagos solicitou administrativamente que a Companhia efetuassem a transferência de todos os bens integrantes do ativo relativos àquela área. Tal solicitação ainda se encontra em fase de análise por parte da Comissão de Sindicância para “Avaliação do Processo de Transferência dos Serviços de Abastecimento de Água da CEDAE para Terceiros, em diversos municípios da Região dos Lagos”.

- **Campos** – A Empresa Águas do Paraíba S/A responsável pelo fornecimento de água e a coleta de esgotos naquele município não possui hoje nenhum pleito na esfera administrativa, ou judicial contra a Companhia.

- **Niterói** – A Empresa Águas de Niterói S/A é autora no processo 1998.001.051672-3 da 5ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, tratando-se de Ação Declaratória, objetivando a declaração de inexistência da relação contratual concessória entre as partes e das obrigações indenizatórias do Município desde 15 de outubro de 1995. Expirando-se o contrato celebrado entre as partes em 14 de dezembro de 1972, prorrogou-se, através de sete termos aditivos até 15 de novembro de 1995. O referido processo foi remetido ao TJ e encontra-se ainda sem decisão final sobre o mérito.

A Procuradoria Geral do Estado é o órgão que exerce o controle sobre os referidos processos.

A Companhia aguarda, além das decisões relativas às questões já citadas, a definição das diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico – PNS, por meio do Projeto de Lei nº5.296/2005, aguardando pauta para votação no Congresso Nacional, para que sejam tomadas as providências necessárias com relação aos registros dos bens integrantes do ativo permanente locados nas áreas de concessão privada.

NOTA 19 – MEIO AMBIENTE

Com vistas à preservação e a melhoria da qualidade do meio ambiente no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia vem empenhando esforços no sentido de adequar o tratamento do esgotamento sanitário de acordo com as necessidades ambientais. Nos últimos anos a CEDAE vem investindo acentuadamente em esgotamento sanitário, principalmente, através do “Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG)”, com ações programadas que visam melhorar sensivelmente a situação sanitária de mais de 3 milhões de habitantes.

Lutero de Castro Cardoso
Diretor Presidente

Sérgio Cabral de Sá



Diretor Vice – Presidente

André Oliveira da Silva
Diretor Jurídico

Eduardo Luiz dos Santos da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Elias Alexandre Assed
Diretor de Eng. Const. e Empreendimentos

Jorge Luiz Ferreira Briard
Diretor de Produção Grande Operação

Jair Otero Peixoto
Diretor de Distribuição e Manutenção

Alcione Duarte Ferreira
Diretor do Interior

Sérgio Pereira
Contador – CRC-RJ nº 39.561-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. A administração da companhia tomou providências para atualização do sistema de cadastro de usuários de serviços, com o objetivo de aferir a base de dados que atualmente vem sendo utilizada para a emissão das faturas de prestação de serviços. Durante a execução desses trabalhos de atualização do cadastro, é possível que seja revelada a necessidade de ajustes nas contas dos usuários, nas receitas de serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos e nos respectivos impostos.
4. Encontra-se classificado no Ativo Realizável a Longo Prazo o montante de R\$ 272.285 mil (R\$ 166.761 mil, em 2004), relativo a depósitos e bloqueios judiciais, devidamente identificados pela contabilidade. Todavia, até a conclusão de nossos trabalhos, não foram apresentados relatórios de acompanhamento do andamento dos respectivos processos pelo departamento jurídico da CEDAE.
5. A Companhia não possui controle patrimonial individual adequado para todos os bens componentes do Ativo Imobilizado, que em 31 de dezembro de 2005 totaliza R\$ 2.955.496 mil (R\$ 2.808.117 mil, em 2004), líquido da depreciação. As depreciações são calculadas com base na segregação das contas por ano de aquisição.
6. Conforme mencionado na Nota 18, a companhia aguarda definições judiciais quanto às situações de seus ativos permanentes localizados nas áreas em processo de concessão privada. Assim sendo, não estamos em condições, no momento, de avaliar os efeitos que esses fatos poderão acarretar na situação patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2005 e no resultado do exercício findo naquela data.
7. O setor de patrimônio da companhia está efetuando levantamentos e implementando estudos para a regularização dos imóveis dos quais a companhia, ainda, não possui a titularidade.
8. A companhia não elaborou nem divulgou em nota explicativa às demonstrações contábeis todas as informações requeridas no parágrafo 81 do

Pronunciamento NPC 26 do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, aprovado pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

9. Conforme comentado na Nota 8, a companhia possui em andamento diversos processos de contencioso trabalhistas, cíveis e fiscais. A companhia, amparada na avaliação desses processos pelo departamento jurídico e por consultores jurídicos externos, constituiu provisão para contingências no montante de R\$ 465.882 mil, julgada suficiente pela sua administração para resguardar a companhia de eventuais perdas e preservar seu patrimônio. As informações relativas aos processos não indicam as classificações de risco das contingências nos níveis de prováveis, possíveis e remotas, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005, que aprovou o Pronunciamento NPC 22 do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Assim sendo, não pudemos julgar a adequação da provisão e das informações apresentadas na referida nota explicativa.

10. Conforme comentado na nota 11, o saldo de contribuições, parcelamento e outras obrigações a pagar à PRECE Previdência Complementar, em 31 de dezembro de 2005, totaliza R\$ 578.576 mil, atualizado pela variação do INPC e acrescido de juros de 6% a.a.. A Companhia não procedeu à avaliação atuarial dos benefícios concedidos diretamente a seus empregados pela sua patrocinada PRECE, com vistas ao reconhecimento desses custos em seu Balanço Patrimonial, conforme pronunciamento NPC 26 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, aprovado pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Contudo, o Parecer de Avaliação Atuarial contratado pela PRECE, para 31 de dezembro de 2005, aponta uma reserva matemática a constituir no valor de R\$ 191.682 mil (R\$ 201.928 mil, em 2004), não reconhecido nos registros contábeis da CEDAE.

11. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que possam decorrer dos fatos mencionados nos parágrafos 3 a 10 acima, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

12. A informação complementar compreendida pelo balanço social do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, publicado com o propósito de permitir análises adicionais, embora não requerida como parte integrante das demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária brasileira, foi por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, esta adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis da companhia tomadas em conjunto. A informação complementar compreendida pelo balanço social do exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentada para fins de comparação, não foi por nós examinada e nem por outros auditores independentes e conseqüentemente não estamos emitindo opinião sobre essa informação complementar.

13. Em 11 de dezembro de 2003, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária, que aprovou a transformação da dívida da Companhia para com o acionista majoritário, Governo do Estado do Rio de Janeiro, referente aos repasses de recursos financeiros para realização do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, oriundos do convênio celebrado em 31 de janeiro de 1995, entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, com a interveniência da Companhia, no montante de R\$ 1.069.598 mil, conforme posição de 31 de dezembro de 2002, em créditos para futuro aumento de capital. Esses recursos serão convertidos em capital “ad referendum” da Assembléia Geral de Acionistas. Dessa forma, a Companhia procedeu ao registro dessa operação retroativamente a 01 de janeiro de 2003, conforme deliberado pela Assembléia, desonerando, dessa forma, a companhia dos encargos da dívida.

14. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 21 de março de 2005, continha ressalvas e ênfases pelos mesmos fatos mencionados nos parágrafos 3 a 10 e 13 acima e, também, pelos seguintes fatos: a) a companhia não havia procedido à contabilização da atualização monetária do montante do ICMS em atraso desde agosto de 2001, registrado na rubrica impostos e contribuições a recolher, no passivo circulante, cujo saldo em 31 de dezembro de 2004 era de 342.561 mil. Contudo, durante o exercício de 2005, a companhia passou a registrar a atualização monetária desse tributo; e b) a companhia mantinha registrado no Ativo Circulante, sob o título de Outros Créditos a Receber, o valor de R\$ 19.310 mil, relativos a salários e encargos de funcionários cedidos a outros órgãos, pendentes de recebimentos há longa data e sem que tivesse sido constituída provisão para perda. Contudo, durante o exercício de 2005 a companhia passou a registrar a referida provisão.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2006

BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECONTI

Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

Toshio Nishioka
Contador-CRC-SP-104.690/O-S-RJ

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2005

Ao Conselho de Administração,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE submete à apreciação do Conselho de Administração o Balanço Patrimonial e Social e as respectivas Demonstrações dos Resultados. Apresenta, ainda, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de Recursos, bem como um sucinto relato das atividades implementadas no curso do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.

O presente relatório e suas demonstrações contábeis são acompanhados do parecer dos auditores independentes, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, que a partir de agora passam a opinar, também, sobre as nossas atividades sociais e de preservação do meio ambiente, e evidenciadas em nosso Balanço Social, divulgadas ao público em geral, juntamente com os demonstrativos contábeis oficiais.

Em 2005, a CEDAE atingiu expressivos níveis de produção e investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição de água, especialmente nas regiões mais carentes do Estado do Rio de Janeiro. Para obter esses resultados, implementamos um plano de ação que tem como fundamento principal um audacioso ciclo de investimentos que visa possibilitar um retorno sustentável, tanto do ponto de vista econômico quanto do social, com o efetivo aumento da qualidade de vida da população.

Desde 2003 estamos trabalhando com o estabelecimento de critérios técnicos e sociais para os investimentos a serem realizados. Enfrentamos com dedicação o desafio de prestar um serviço público essencial a toda a população, incluindo os mais carentes, e, ao mesmo tempo, buscar o equilíbrio entre receitas e despesas. Vimos atuando intensamente na redução da inadimplência, no aumento da arrecadação e de uma efetiva diminuição das perdas. Para isso temos priorizado a melhoria e o estreitamento do relacionamento com nossos clientes. Os resultados começam a aparecer, pois em 2005 conseguimos um Receita Operacional Líquida 41% superior a de 2004.

A despeito de grandes dificuldades, conseguimos reiniciar obras essenciais semiparalisadas e realizar investimentos localizados que permitiram acelerar a entrada em operação de adutoras, reservatórios e redes de abastecimento que já impactaram positivamente os resultados de 2005 e beneficiaram milhares de famílias em todo o Estado. Estamos agora bem próximos de propiciar à população do Rio de Janeiro a universalização dos serviços de abastecimento de água e no tratamento e destino final de esgotamento sanitário

Num cenário em que vem se pronunciando a escassez de recursos naturais, em especial a água, a obtenção da universalização dos serviços de abastecimento de água representa um importante passo na redução da percepção de risco e de vulnerabilidade do nosso Estado do Rio de Janeiro para a atração de novos investimentos. E a CEDAE tem grande orgulho em liderar o processo que vai conduzindo ao atendimento desta meta. Neste quadro, as ações que já vêm sendo implantadas pela companhia fortalecem a indústria local e geram milhares de empregos diretos e indiretos.

Com estes objetivos, concluímos as obras de Duplicação da Adutora da Baixada, que aumentará significativamente a oferta de água para toda a Baixada Fluminense. Atuamos, também, na dinamização e na aceleração das obras do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) e do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes (PSBJ), assim como nas obras de aumento e melhoria do abastecimento no interior do Estado e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Nessa mesma linha de ação, nossas elevatórias de esgotos no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas vêm sendo adaptadas e modernizadas para processar com maior segurança o esgoto captado, fato este que, por contribuir para a melhoria da qualidade de vida, se insere no compromisso de responsabilidade social e ambiental da companhia.

São inúmeras as preocupações e ações da CEDAE na preservação do meio ambiente, na sua responsabilidade social (a companhia é anualmente uma das mais premiadas e reconhecidas do Brasil) e na transparência completa aos consumidores. É desta forma que, atendendo ao Decreto 5440/05, a companhia disponibilizará mensalmente nas contas de consumo, a partir de março próximo, a análise detalhada da qualidade da água que fornece aos consumidores. Além disso, estará entregando a cada um destes consumidores um Relatório detalhado das análises realizadas em 2005 em todos os mananciais que utiliza na captação da água que fornece, como já o fizera com as análises realizadas em 2004 e entregues em outubro passado.

Um dos alicerces de nosso plano de ação é o investimento no desenvolvimento tecnológico. E os resultados dessa diretriz podem ser exemplificados pelos prêmios recebidos na área do controle de qualidade de água.

É com determinação e espírito empreendedor que a companhia busca expandir a sua atuação. Esta expansão da CEDAE em todo o Estado congrega os mesmos princípios técnicos e éticos que vêm dando aos municípios atendidos a possibilidade de vislumbrar a universalização dos serviços de saneamento básico em um futuro muito próximo. Por isso, em 2005, a empresa intensificou sua atuação no plano nacional, sobretudo, na participação nos principais e decisivos fóruns que vêm buscando a regulamentação sustentável para o setor de saneamento básico em todo o Brasil.

Objetivando trazer a preço de mercado os nossos ativos, os trabalhos da reavaliação que iniciamos no exercício de 2004, executados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, contratada para este fim, empreenderam um ritmo que indica sua conclusão para o início de 2006. Os resultados preliminares que obtivemos nos relatórios parciais apresentados em 2005 refletem um aumento significativo nos ativos patrimoniais da companhia.

Nas páginas seguintes, serão conhecidos em detalhes os resultados da CEDAE em 2005. São conquistas que consagram o trabalho de nossos funcionários e fornecedores e a confiança de nossos acionistas e clientes.

Referenciamos os Municípios Conveniados e os que se encontram em processo de renovação, também co-autores pela prestação dos nossos serviços.

Desejamos registrar nosso reconhecimento ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental - FECAM, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, ao Japan Bank For International Cooperation – JBIC, à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e à Caixa Econômica Federal pela disponibilização de recursos para a realização de investimentos, imprescindíveis à ampliação dos serviços de saneamento prestados por esta Companhia.

Por fim, renovamos os nossos agradecimentos a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, e ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador e Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Luiz Paulo Fernandez Conde, pela confiança e apoio recebidos.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2005.

A DIRETORIA

1. A COMPANHIA CUMPRE O SEU PAPEL

A CEDAE abastece atualmente uma população de mais de dez milhões de pessoas e efetua esgotamento sanitário para uma população de mais de cinco milhões de habitantes, considerando uma taxa de ocupação de 3,33 pessoas por domicílio. Tem um faturamento mensal aproximado de R\$ 170 milhões. Atende a 63 dos 92 municípios do Estado.

Nos municípios conveniados, as redes de distribuição de água e adutoras somam em torno de 15.700km e 5.100km de redes de esgotos.

Em 2005 a CEDAE passou a abastecer com água da melhor qualidade 49.611 novos domicílios, e teve outros 34.117 ligados a rede coletora de esgotos.

2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Durante o exercício de 2005 as ações da CEDAE objetivaram soluções que contribuíram com a qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro, com o desenvolvimento econômico e social dos municípios atendidos e com a preservação do meio ambiente.

Houve uma preocupação constante com o aumento da arrecadação e com a redução dos índices de inadimplência, buscando o equilíbrio econômico e financeiro da empresa. Desta forma foi possível a expansão de seus serviços com a ampliação dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário. Também foram ampliados os programas de atendimento especial à população de baixa renda com a tarifa social e os projetos de manutenção prioritários.

A necessidade de reavaliação de seus ativos determinou um processo de planejamento e execução de procedimentos contábeis, com a elaboração de uma política de controle e gestão de bens do imobilizado, com assessoramento da Fundação Getúlio Vargas.

Com objetivos definidos de viabilizar os investimentos necessários a melhorar e ampliar o atendimento à população, a CEDAE vem desenvolvendo projetos no âmbito da Lei Federal de dezembro de 2004 que regulamenta as Parcerias Público Privadas (PPPs). Estão em desenvolvimento projetos como a modernização do parque de hidrômetros, a implantação do Guandu 2, o reaproveitamento de rejeitos da ETA Guandu, a modernização e integração dos sistemas de tecnologia da informação, entre outros.

A Política Nacional de Saneamento Ambiental vem merecendo atenção especial da diretoria da empresa, com a participação em fóruns e debates públicos em todas as esferas governamentais em defesa dos interesses da população do Estado do Rio de Janeiro, desde a apresentação do Projeto de Lei 5296/04.

3. GESTÃO EMPRESARIAL

3.1 – Tecnologia da Informação = Otimização, Modernidade e Agilidade

Em 2005 iniciou-se um amplo programa de modernização e otimização da Tecnologia da Informação na CEDAE.

Apesar de todas as ampliações e modernizações ocorridas nas telecomunicações da companhia, como a expansão das linhas telefônicas diretas, dos circuitos de dados, dos acessos à internet, dos equipamentos móveis de rádio e dos reajustes oficiais de tarifas, a companhia conseguiu manter no ano que se encerra os mesmos custos de 2004. Graças a um trabalho de planejamento específico e negociação eficiente com os fornecedores, a CEDAE conseguiu ainda reduzir substancialmente os custos de tarifação do serviço 0800, dos circuitos de dados, das ligações telefônicas, e de outros serviços. Estão em fase de conclusão, para implantação já em 2006, os estudos de diversas soluções tecnológicas que

permitirão à CEDAE uma telecomunicação ainda mais moderna e eficiente, com custos ainda mais reduzidos.

Também a área de sistemas viveu momentos de transformações em 2005. O contrato da Unisys(mainframe) foi renegociado, com redução de 60% sobre os valores anteriormente praticados. Foram ainda recuperados 880 microcomputadores, instaladas 19 novas redes locais no interior e redimensionadas as redes locais dos prédios da Rua Sacadura Cabral e da Rua de Santana. O desenvolvimento e implantação de novos módulos foi uma constante no ano que se encerra. Foram atendidas, em especial, as áreas comercial, de relacionamento com os clientes e financeira. Foram criados ainda mecanismos de monitoramento e controle das Redes Corporativas da companhia, com softwares livres(sem custos), evitando-se desta forma o acesso indevido a internet.

3.2 - Atendimento de Qualidade:

. Ouvidoria – O cliente falando com a CEDAE

Com o objetivo de atender aos clientes que por algum motivo não se sentem satisfeitos com o atendimento recebido nas lojas comerciais, distritos e outros setores e desejam falar com a diretoria da CEDAE, a Ouvidoria Geral, representa os cidadãos, instituições e empregados, através de seu atendimento diário em um canal de comunicação intermitente. Todo esse trabalho pretende, em primeira instância, promover a satisfação de nossos clientes.

. Ouvidoria Móvel – A CEDAE visitando seus clientes

Para atender de forma eficaz e rápida aos nossos clientes, estando próximo de seus imóveis ou adjacências, a Ouvidoria Móvel é mais um canal direto para sanar dúvidas, agilizar processos e encaminhar a solução operacional e/ou pendências de todas as áreas. Seguindo uma agenda previamente divulgada, a Ouvidoria se desloca para um ponto do Estado do Rio de Janeiro e atende às solicitações e sugestões dos nossos clientes, em microônibus com cinco posições de atendimento, ar refrigerado, aguadeiros e funcionários uniformizados.

Eficiência em Números - atendimentos em 2005:

- Atendimento pessoal: 4.256 clientes; Atendimento telefônico: 9.048 ligações; Call Center: 971.647 atendimentos; Ouvidoria Móvel: 1.426 clientes; Fala-Cidadão: 1.013 documentos; Comissão de Defesa do Consumidor: 564 ofícios respondidos.

3.3 – Tarifa Progressiva é Legal

Há muito contestada na Justiça por grandes consumidores, em 2005, com uma atuação determinada e competente, a CEDAE conseguiu que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro julgasse como legítima, por 18 votos a 3, a cobrança da tarifa progressiva de água praticada pela companhia. A decisão acompanha precedente firmado anteriormente pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Os desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro consideraram que a cobrança de tarifa progressiva é um verdadeiro combate ao desperdício atuando diretamente no bolso do consumidor. Ela proporciona às pessoas que consomem menos água que paguem menos e àquelas que consomem mais água que paguem mais. Ou seja, cumpre um papel social importante, pois permite que o abastecimento de água seja universalizado à população, sem que isto dependa da renda de cada um. Além disso, a medida preserva a receita positiva da companhia, receita essa usada em investimentos e melhorias operacionais. A CEDAE, assim, continuará a manter o sistema tarifário utilizado há 30 anos, também por todas as demais prestadoras de serviços públicos de água e esgotos em todos os estados do Brasil.

3.4. - Indicadores Operacionais

	2004	2005
Nº de ligações de água	1.603.195	1.635.104
Nº de ligações de esgoto	642.373	654.120
População atendida com água	9.672.536	10.128.790
População atendida com recolhimento de esgoto	4.958.527	5.072.136

3.5- Receita Operacional

Os esforços que vêm sendo desenvolvidos por toda a companhia para aumentar a arrecadação e reduzir a evasão começam a apresentar resultados. Em 2005 a Receita Operacional Bruta foi de R\$ 2.432.639.000,00, cerca de 28% superior a do ano anterior. A Receita Operacional Líquida foi de R\$ 2.303.536.000,00, significando um acréscimo de 41% em relação a de 2004.

3.6 – Indicadores Orçamentários (Repasse de Recursos, Empréstimos e Financiamentos)

Além dos expressivos investimentos realizados com recursos próprios e do Governo do Estado, em 2005 a CEDAE aplicou cerca de R\$ 105 milhões oriundos do FECAM em obras do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes (PSBJ), na implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água nos municípios de São Gonçalo, Pinheiral, Barra de São João, e Duque de Caxias, além da duplicação da Adutora da Baixada Fluminense. No Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) foram investidos mais de R\$ 48 milhões, com recursos do BID e do JBIC. Cerca de R\$ 8 milhões, repassados pela FUNASA, foram investidos em obras de melhoria do abastecimento e ampliação da rede de esgotamento sanitário nos municípios de São Gonçalo, Magé e Seropédica.

4 - RECURSOS HUMANOS

Em 2005, algumas das principais ações se concentraram na construção de termo de referência que norteasse a elaboração de processo de licitação para a contratação de Consultoria de Prestação de Serviços em Projetos da Área de Recursos Humanos. Este trabalho foi focado na elaboração do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), no Sistema de Avaliação de Desempenho, em Programas de Treinamento, e em Estudos para Redimensionamento do Quadro de Pessoal. Até o final de 2006 todos estes Programas estarão definitivamente implantados na CEDAE.

De todo modo, no ano que se encerra foram intensificados os programas de treinamento, capacitação e reciclagem para os funcionários da empresa. Foram realizados 69 cursos, num total de 1695 horas, por onde passaram 755 funcionários. Foi o maior programa de treinamento realizado pela CEDAE nos últimos anos. Um fato relevante no processo é que a expressiva maioria destes cursos foi oriunda de parceria com o Sistema Sesi/Senai e outras instituições, com baixos custos para a companhia.

Também em 2005 foram contratados 832 funcionários concursados que aguardavam esta contratação desde 2002, quando foram aprovados no concurso público realizado pela companhia. A CEDAE conta atualmente com 7.068 funcionários.

5.- MODERNIZAÇÃO COMERCIAL - O Cliente em Primeiro Lugar

Novo modelo de gestão foi definitivamente implantado com as assessorias regionais de comercialização aproximando ainda mais a empresa de seus consumidores. Em 2005 foram substituídos mais de 120 mil hidrômetros e, desde então, os clientes têm suas contas de água e esgotos medidas através da leitura informatizada com emissão simultânea das contas, o que vem conferindo modernidade, precisão e agilidade. Mais de 600 mil hidrômetros já são lidos através da mais moderna tecnologia. Até o final de 2006 o sistema fará a leitura em toda a planta da CEDAE. A adoção da leitura informatizada com emissão simultânea da conta aumentará significativamente a arrecadação da companhia.

Além disso, com o novo sistema, a Cedae reduz despesas na confecção e entrega de contas e oferece um atendimento eficaz ao cliente. A medição do hidrômetro pode ser conferida na hora, eliminando problemas surgidos por erros de leitura. Consumos excessivos em função de vazamentos internos, na maioria das vezes difíceis de detectar, por exemplo, são diagnosticados de imediato, evitando surpresas na hora de pagar a conta. Com o acesso ao histórico cadastral do imóvel no momento da leitura, o cliente fica atualizado sobre a situação do seu imóvel. Ao tirar dúvidas com os próprios leituristas, ele não precisa se dirigir às lojas comerciais, o que traz reflexos positivos junto aos consumidores.

6. SANEAMENTO E ABASTECIMENTO

6.1 – Região Metropolitana

Com o objetivo de propiciar a ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Rio de Janeiro, encontram-se em execução obras que beneficiam 645 mil pessoas, com custo aproximado de R\$127 milhões, tendo sido investido em 2005, recursos no montante de R\$31 milhões.

A implementação de diretrizes preventivas, tais como a efetiva substituição de distribuidores de água e coletores de esgoto, possibilitou, no exercício de 2005, a execução de cento e noventa e uma obras no Estado do Rio de Janeiro, onde foram substituídos mais de 263.000m de distribuidores e coletores, a um custo de R\$27.5 milhões, beneficiando mais de 337.000 habitantes.

Tendo a CEDAE, aproximadamente 14 milhões de metros de rede distribuidora de água e 4.5 milhões de metros de rede de esgoto, e considerando que essa rede é permanentemente submetida a vibrações diversas e contínuas, por estar localizada sob a pavimentação viária, permanentemente são necessários serviços de manutenção corretiva. Em 2005, a CEDAE realizou mais de 256 mil serviços em manutenção corretiva, na cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense..

Na região metropolitana, foram executadas inúmeras obras de ampliação e melhoria do abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro e nos municípios de Nilópolis, Magé, Seropédica, Duque de Caxias e São Gonçalo . Em 2005 foram substituídos mais de 371 mil metros de redes de distribuição de água e de coleta de esgotos, com a eliminação de milhares de ligações clandestinas, beneficiando 710 mil consumidores.

Foram executadas ainda obras no sistema Guandu, inclusive na recuperação dos filtros, e na substituição da rede de energia elétrica. Foi duplicada a adutora principal da Baixada Fluminense para a melhoria do abastecimento, onde foram instalados 22 mil metros de rede adutora com investimentos de mais de R\$ 40 milhões, beneficiando mais de 20 localidades. Os investimentos previstos para todas as obras chegam a R\$ 47 milhões, dos quais R\$ 5.5 milhões foram investidos em 2005.

No ano que se encerra foram agilizados o atendimento de correção de vazamentos de água, rompimento ou entupimento de redes de esgotos e incremento aos serviços de manutenção. Na cidade do Rio de Janeiro foram executadas pela CEDAE, mais de 132.000 ações de manutenção preventiva de água e esgoto e mais de 100 mil outras ações, executadas pelo “Programa Amigos da Comunidade”, em áreas de baixa renda.

6.2 – Interior do Estado

A CEDAE vem desenvolvendo um amplo programa de melhorias operacionais dos sistemas de abastecimento e de saneamento básico em diversas localidades do interior do Estado do Rio de Janeiro. Os investimentos totais chegam a R\$35.5 milhões. No exercício de 2005, cerca de R\$ 2.5 milhões foram utilizados, beneficiando aproximadamente 190 mil habitantes. Este programa vem sendo executado em parceria com as diversas Prefeituras Municipais.

Na Região do Médio Paraíba, nos municípios de Rio Claro, Pinheiral, Pirai, Vassouras, Paty do Alferes, Engº Paulo de Frontin e Paraíba do Sul, foram executados 29.410 metros de rede de abastecimento que estão beneficiando 10.337 habitantes; na região Serrana, nos municípios de Teresópolis, Sapucaia, Bom Jardim, Cantagalo e Macuco, foram executados 9.027 metros que estão beneficiando 4.790 habitantes; na região Noroeste, nos municípios Itaocara, Aperibé, Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Itaperuna, São José de Ubá, Porciúncula, Bom Jesus do Itabapoana e Varre-Sai, foram executados 16.331 metros que estão beneficiando 11.558 habitantes e na região do Norte Fluminense, nos municípios de Macaé, Rio das Ostras, São Fidélis, Italva, Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra, foram executados 27.254 metros que estão beneficiando 26.345 habitantes.

Foram também construídas e ampliadas adutoras, estações de tratamento, elevatórias e reservatórios em Pinheiral e Macaé, onde também foram assentados 103 mil metros de rede e tronco distribuidor.

A CEDAE participou ainda no interior do Estado de eventos de educação ambiental com a demonstração dos processos de tratamento através de um modelo reduzido de uma estação de tratamento de água, com a presença de cerca de 80 mil pessoas, nos municípios de Engº Paulo Frontin, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Vassouras, Cordeiro, Magé, Miracema, Porciúncula e São Fidélis.

7 - PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BARRA DA TIJUCA, JACAREPAGUÁ E RECREIO DOS BANDEIRANTES – PSBJ

A implementação do “Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes” - PSBJ -, acarretará considerável melhoria no aspecto ambiental, ao lançar, na primeira fase, 900 litros de esgoto por segundo, anteriormente despejado nas lagoas e rios da região. Este esgoto será lançado a 5.180 metros da costa, após tratamento. A população beneficiada supera os 1.3 milhões de pessoas. Os recursos aplicados neste Programa, durante o ano de 2005, superaram a importância de R\$ 260 milhões.

O projeto de coleta e transporte de esgoto sanitário é composto de coletores tronco, redes, elevatórias, linhas de recalque, interceptores e ligações prediais, perfazendo um total aproximado de 330km de tubulações. Já foram assentados cerca de 120km de tubulações, construídas 17 estações elevatórias, e já executadas sete mil das cerca de 25 mil ligações domiciliares previstas. O Projeto entra em operação já no primeiro semestre de 2006.

8- PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA - PDBG

Em 2005 foi dinamizado o maior conjunto de obras de saneamento já realizado no Estado do Rio de Janeiro. O PDBG já envolveu recursos da ordem de US\$ 940,33 milhões sendo US\$ 229,64 milhões provenientes do Japan Bank of International Cooperation, US\$ 347,35 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento e US\$ 363,34 milhões do Governo do Estado do Rio de Janeiro/CEDAE. A meta planejada, em nível primário, é tratar 9.175 l/s, e reduzir 68.980 kg/dbo/dia. Atualmente já são tratados 5.183 l/s de esgoto, correspondente a 56% da vazão planejada. Considerando que algumas estações de tratamento, inicialmente com previsão de tratamento em nível primário, estão operando com tratamento secundário, com expressiva melhoria de qualidade, alcançamos uma redução de carga orgânica da ordem de 95% do previsto no Programa, ou seja, 65.648 kg/dbo/dia.

Essas intervenções já conseguiram que fosse praticamente dobrado, de 13% para 25%, até outubro de 2005, o percentual do esgoto tratado que é lançado na baía. Diariamente 14 mil indústrias também despejam 74 toneladas de carga orgânica e 10 toneladas de óleos, além de metais pesados e fenóis, sendo as principais fontes de poluição industrial as refinarias de petróleo, terminais marítimos de transporte, portos comerciais, postos de serviço de combustíveis e estaleiros.

O trabalho integra uma série de complexos e intrincados problemas ambientais, resolvidos por ações do PDBG, que incluem a formação de um cordão sanitário ao redor da baía, por meio da construção/ampliação de estações de tratamento de esgotos e também, a construção de reservatórios de abastecimento de água, de ações de Macrodrenagem de Resíduos Sólidos, de Mapeamento Digital e de Programas Ambientais Complementares.

O PDBG construiu cinco novas estações de tratamento de esgotos – ETE's Alegria, Sarapuí, Pavuna, São Gonçalo e Paquetá, e reformou/ampliou as ETE's da Ilha do Governador, Penha e Icarai. Foram beneficiados diretamente 16 municípios com a execução de cerca de 708 km de redes/troncos coletores de esgoto, 54.842 ligações domiciliares, 6,4 km de emissários submarinos, e 21 novas estações elevatórias. Também foram eliminadas 3.107 ligações irregulares.

No abastecimento de água, o PDBG duplicou a Adutora Principal da Baixada Fluminense, com a operação de oito reservatórios, beneficiando as localidades de Éden, Coelho da Rocha, Belford Roxo, Olavo Bilac, 25 de Agosto, Retiro Feliz, Parque Fluminense, Lote XV. Em São Gonçalo, o Programa construiu dois reservatórios, em Colubandê e Marques Maneta. São 104,5 milhões de litros reservados.

Na cidade do Rio de Janeiro, e principalmente na Baixada Fluminense e São Gonçalo, o PDBG vai beneficiar cerca de 7,6 milhões de pessoas.

9- AÇÕES AMBIENTAIS

Em prosseguimento ao trabalho de conscientização da população da importância em se preservar o meio ambiente e os recursos hídricos para melhorar a qualidade de vida de cada um, a CEDAE desenvolveu em 2005 uma série de projetos e ações mostrando o saneamento básico como elemento propulsor para a cidadania.

Neste quadro, a CEDAE vem participando também de reuniões, de plenários, câmaras técnicas, conselhos e de diversos comitês, tais como o CEIVAP – Comitê pra Integração do Vale do Paraíba, CODEMA – Conselho de Desenvolvimento de Meio Ambiente de Tanguá, Comitês do Guandu, dos Lagos São João, Piabanha e sub-bacias dos rios Preto e Paquequer; Leste do Guanabara, Conselhos Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Gestor da Lagoa Rodrigo de Freitas, do Parque Nacional da Tijuca entre outros.

Educação Ambiental – Formando Vigilantes da Natureza

Engenheiros e Técnicos da CEDAE visitaram escolas públicas e particulares, comunidades e associações de moradores e proferiram palestras educativas sobre meio ambiente, uso correto das redes de água e esgotos e ensinando como usar racionalmente a água. Temos sempre dado uma atenção especial aos alunos da rede de ensino pública, já que as crianças são excelentes elementos multiplicadores e formadores de opinião em seus lares, em família e na vizinhança. Cada criança se sente responsável pelo meio ambiente e torna-se um amigo da natureza e vigilante na caça aos desperdiçadores de água. Foram também ministradas oficinas de educação ambiental para empregados com palestras sobre a história do abastecimento e esgotamento sanitário do Rio de Janeiro, além do uso racional da água e controle de desperdícios.

ETA Guandu – A água que bebemos não cai do céu

Em 2005, a ETA Guandu foi visitada por 5.185 estudantes de diversos níveis. Sempre que alguém transita pelas instalações da Estação de Tratamento de Água do Guandu - a maior estação do mundo - demonstra as mais diferentes sensações ao vislumbrar o verdadeiro espetáculo que é a captação e o tratamento da água. As emoções variam entre admiração e curiosidade. A abertura à visita da ETA Guandu é de extrema importância para a CEDAE por aproximá-la de seus clientes, de seu público interno e externo, revitalizando e fortalecendo sua imagem, por conta de todo um processo que culmina com saúde, com água limpa e de boa qualidade em quase todas as torneiras do Estado do Rio de Janeiro. Técnicos especializados acompanham visitantes oriundos de escolas, empresas, etc. e demonstram, com toda segurança, todo o processo de tratamento da água, desde a captação no rio Guandu até sua chegada às torneiras.

Projeto Muda Guandu – A recuperação da natureza

O Projeto Muda Guandu é um programa de reflorestamento para recompor a mata ciliar das margens do rio Guandu. Em 2005 foram plantadas, mantidas e recompostas 3.000 mudas de árvores nativas da região.

10. AÇÕES SOCIAIS

Além das ações internas (plano de saúde e assistência médica, programa de prevenção à dependência química, auxílio creche, auxílio alimentação, auxílio transporte, bolsas de estudo, segurança do trabalho e relacionamento com entidades sindicais) prestadas a seus empregados, a CEDAE em 2005 manteve as seguintes ações sociais externas:

- Assistência a menores adolescentes através de convênios com a Fundação para a Infância e Adolescência – FIA e Associação Patrulha Jovem Rio – APAR para o seu primeiro emprego;
- Inclusão social de deficientes físicos, empregando 66 deles atuando em lojas comerciais, através de convênio com o Instituto Brasileiro de Defesa de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência Física – IBDD;
- Recuperação da cidadania do ser humano, ressocializando detentos em regime aberto, através de seu aproveitamento em atividades operacionais de manutenção, e recomendando aqueles com melhor atuação para serem contratados por empresas prestadoras de serviço à companhia ao final da pena;

11. CEDAE VOLTA A GANHAR PRÊMIOS DE EFICIÊNCIA

- Conceito Máximo no INMETRO

A CEDAE, através do Laboratório de Análises Físico-Químicas da Superintendência de Controle de Qualidade da Água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, obteve conceito máximo em todos os quesitos laboratoriais, na 2ª Rodada de Ensaios de Proficiência em Elementos Traço em Água, promovida pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial).

As análises da CEDAE foram realizadas em Espectrofotômetro de Absorção Atômica. Em todas elas, o Laboratório de Análises Físico-Químicas da CEDAE obteve desempenho Satisfatório – só conferido a quem alcança conceitos máximos.

- Prêmio Furnas Ouro Azul

Apresentado pela CEDAE, o PDBG – Programa de Despoluição da Baía de Guanabara conquistou o segundo lugar na categoria Empresa do IV Prêmio Furnas Ouro Azul, promovido por Furnas, Eletrobrás e Ministério de Minas e Energia.

O PDBG, conjunto de ações em longo prazo executado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro no solo e subsolo de 16 municípios habitados por 11,1 milhões de pessoas, tem como objetivo recuperar as águas da Baía de Guanabara, para a qual convergiam, anteriormente, 20 mil litros por segundo de esgoto doméstico, sem qualquer tipo de tratamento. Este panorama está sendo mudado, graças à atuação do PDBG.

Além da CEDAE, as ações do PDBG compreendem obras, bens e serviços realizados por outros quatro co-executores governamentais dentro de suas áreas de atuação: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (coleta e destinação final de resíduos sólidos); FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (controle ambiental), SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (macro drenagem de cursos hídricos) e Fundação CIDE – Centro de Informações do Rio de Janeiro (mapeamento digital).